



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140925 - BA (2021/0002892-3)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ALIFE SANTOS DA MATA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALIFE SANTOS DA MATA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*Habeas Corpus* n. 8028925-54.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, c/c os arts. 70 e 29, todos do Código Penal.

Sustenta a ilegalidade da segregação cautelar por excesso de prazo, bem como por inidoneidade dos motivos apresentados para justificá-la.

Requer, liminarmente, a revogação ou o relaxamento da prisão preventiva. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva está fundamentada, em princípio, na necessidade de evitar a reiteração delitiva e, assim, manter a ordem pública, porquanto o paciente é réu em outra ação penal com condenação decretada pela também pela prática de roubo majorado.

A alegação de excesso de prazo foi afastada pelo Tribunal de origem, que consignou a ausência de desídia do juízo de primeiro grau na condução da instrução criminal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente